



**FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES**

Sua Referência:

Ex.<sup>mo</sup> Senhor  
Ministro da Educação

Nossa Referência: FP 135/2021

Ministério da Educação  
Avenida Infante Santo, nº 2  
1350-178 Lisboa

Data: 16/06/2021

C/C.: Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação; Senhora Secretária de Estado da Educação

**Assunto: Protesto pelo bloqueio negocial imposto pelo Ministério da Educação, principal entrave à resolução de problemas que afetam professores e educadores**

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Ministro da Educação,

A FENPROF manifesta junto de V. Ex.<sup>a</sup> e de toda a equipa ministerial da Educação o seu mais vivo e veemente protesto pelo facto de os profissionais docentes estarem a ser esquecidos e completamente secundarizados por Ministério da Educação e Governo no que diz respeito aos seus direitos e às suas condições de trabalho.

Por cada iniciativa ou medida que é aprovada – no âmbito da inclusão, da flexibilidade, da concretização de projetos, agora, deste plano de recuperação e, no futuro, da transição digital ou da transição ambiental – é sempre mais o que se pede aos docentes: mais reuniões, mais formações, mais apoios, mais tarefas burocráticas... Contudo, quando se trata de respeitar os seus direitos, de melhorar as suas condições de trabalho ou de regularizar os seus horários de trabalho, para que não excedam o limite de 35 horas legalmente estabelecido, os responsáveis do Ministério da Educação remetem-se ao silêncio, impondo um intolerável bloqueio a qualquer forma de diálogo e de negociação. Não ignorarão, o Senhor Ministro e o Governo, que o diálogo e a negociação são preceitos fundamentais em democracia e que o seu bloqueio e a ausência de respostas aos problemas comporta sérios riscos de descrédito no próprio regime democrático.

Ao enorme esforço que é feito pelos docentes não basta que correspondam palavras vãs de agradecimento. **Os professores e os educadores cumprem os deveres, pois são profissionais responsáveis, e exigem que sejam observados e respeitados os seus direitos. Assim, não aceitam:**

- Continuar a perder anos e anos de serviço cumprido que não se refletem no posicionamento na carreira;
- Ser impedidos de progredir por força de vagas decididas por razões economicistas e não de justiça;
- Ser vítimas de injustiças na avaliação e de ultrapassagens na carreira, como sucede devido à aplicação de quotas que impedem o reconhecimento do seu mérito;
- Ter de trabalhar mais de 40 anos e quase até aos 70 de idade para se poderem aposentar com a chamada pensão completa;

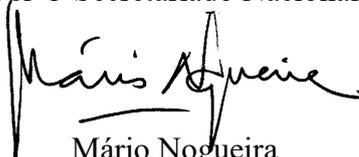
- Manter-se em situação de precariedade durante dez, quinze e mais anos, sem estabilidade de emprego ou direito a ingressar na carreira;
- Que o número de horas de trabalho semanais se aproxime mais das 50 que das 35 previstas na lei;
- Que se exija um trabalho mais próximo de cada aluno, mas não se reduza o número de alunos por turma;
- Que não se corrijam as injustiças do regime de concursos e até se ameace com uma seleção a realizar pelas direções das escolas;
- A crescente perda de atratividade da profissão, que resulta de todos estes problemas, pondo em causa o seu rejuvenescimento e o seu futuro.

Para a FENPROF, não é tolerável o Ministério da Educação e o Governo continuarem a ignorar os professores, a desrespeitá-los nos seus direitos socioprofissionais e a bloquear toda e qualquer via de diálogo e de negociação que vise encontrar soluções para estes problemas. **Não podem, Ministério da Educação e Governo, continuar a impor exigências aos professores e dos educadores, mas ignorar as suas justíssimas reivindicações**, que, de uma forma geral, vão no sentido de verem respeitados quadros legais que vigoram, mas não são cumpridos.

Face à situação que se vive e acima se expõe, a FENPROF reitera a necessidade de se realizar, ainda este ano letivo, uma reunião de natureza política da qual resulte a calendarização dos processos negociais, para os quais, já por quatro vezes (2 de março de 2020; 8 de outubro de 2020; 2 de fevereiro de 2021; 16 de abril de 2021), foram apresentadas propostas concretas e devidamente fundamentadas ao Ministério da Educação.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'O Secretariado Nacional



Mário Nogueira  
Secretário-Geral